



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 3/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova a Regulamentação do Processo de Heteroindentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que constam no processo 23228.002240/2022-01, e as deliberações na 58ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFAP,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Regulamentação do Processo de Heteroindentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Adrielma Nunes Ferreira Bronze**, DIRETORA EXECUTIVA DO GABINETE DA REITORIA - CD0003 - DIER, em 10/02/2023 16:27:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/02/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 54193

Código de Autenticação: b770921175





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Estabelecer os procedimentos de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) e indígenas nos processos seletivos para ingresso de estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino e nos concursos para contratação de servidores docentes (efetivos e temporários) e técnico-administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

Parágrafo único. Estão compreendidos no caput deste artigo os concursos para contratação de servidores efetivos, processos seletivos para contratação de professores substitutos, bem como os processos seletivos para ingresso de estudantes nos cursos regulares, sejam presenciais ou na modalidade a distância – EaD (cursos técnicos integrados, cursos técnicos subsequentes, cursos de graduação, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu), e cursos de extensão (formação inicial, formação continuada, cursos livres).

Art. 2º O procedimento de heteroidentificação tem por objetivo complementar a autodeclaração étnico-racial com a identificação, por terceiros, da condição autodeclarada, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos processos seletivos realizados pelo IFAP, considerando as previsões do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010); da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e suas alterações posteriores); do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018 e da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG, que regula a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que trata especificamente da regulamentação do procedimento de heteroidentificação no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 3º Este Regulamento orienta também os procedimentos de heteroidentificação étnico-racial, quando couber, nos processos seletivos internos da Instituição para seleção de estudantes para os programas de Iniciação Científica, Iniciação à Docência, Residência Pedagógica e todos os outros programas de concessão de bolsas, em diferentes níveis e modalidades, no ensino, na pesquisa, na pós-graduação, na extensão e na assistência estudantil, que estabeleçam previsão de vagas reservadas para negros (pretos e pardos) e indígenas.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO PERMANENTE DE VERIFICAÇÃO

Art. 4º A Comissão Permanente de Verificação dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas é vinculada à Diretoria Executiva do gabinete da reitoria em articulação com todas as pró-reitorias e diretorias sistêmicas do IFAP.

Art. 5º A Comissão Permanente de Verificação dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas será composta por 5 (cinco) membros e 5 (cinco) suplentes.

Art. 5º Cabe à Comissão Permanente de Verificação dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas:

I - auxiliar na estruturação dos editais e suas complementações quanto aos procedimentos a serem realizados nos processos seletivos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

II - auxiliar na indicação anual dos membros para a composição das bancas de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas;

III - fomentar a capacitação dos membros das bancas de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas;

IV - apoiar, quando solicitado, a comissão responsável pelo processo seletivo a ser avaliado, nas atividades relativas à etapa de verificação da autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos) e indígenas;

V - analisar os recursos interpostos pelos candidatos quanto ao resultado da banca de heteroidentificação;

Art. 6º A Comissão Permanente de Verificação de Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas será composta por servidores docentes e técnico-administrativos do quadro ativo permanente da Instituição que serão indicados pelo Dirigente máximo da Instituição auxiliado pelo NEABI+.

Parágrafo único. Os membros dessa Comissão serão designados por Portaria emitida pela Reitoria do IFAP.

CAPÍTULO III

DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Art. 7º As bancas de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas serão coordenadas pelo setor responsável pela realização do processo seletivo, em contínuo diálogo com a Comissão Permanente de Verificação dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas.

Art. 8º Os servidores que farão parte das bancas de heteroidentificação serão nomeados anualmente para compor um banco de avaliadores, a partir das indicações da diretoria-geral de cada câmpus, pró-reitoria ou diretoria sistêmica, no caso de membros da reitoria, e deverão obrigatoriamente:

I - participar de processo formativo sobre a temática da promoção da igualdade racial, do enfrentamento ao racismo e o procedimento de heteroidentificação;

II - atuar, quando convocado, durante os processos seletivos nas bancas de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas;

III - validar, mediante preenchimento da ficha de heteroidentificação, as autodeclarações dos candidatos participantes dos processos seletivos;

IV - assinar termo de confidencialidade sobre as informações pessoais dos candidatos às quais tiverem acesso durante o procedimento de heteroidentificação.

Parágrafo único. A participação na banca de heteroidentificação é considerada atividade essencial para o desenvolvimento das seleções na Instituição, preponderando sobre as demais atividades exercidas pelo servidor no seu setor de lotação, levando em consideração o horário regular de expediente. Em caso de atividade fora do horário regular de expediente, a pró-reitoria ou diretoria responsável pelo processo seletivo arcará com a bonificação devida aos membros da banca servidores do IFAP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Art. 9º As bancas de heteroidentificação serão compostas por:

- I - servidores docentes do quadro ativo permanente da Instituição;
- II - servidores técnico-administrativos do quadro ativo permanente da Instituição;

Parágrafo único: colaborador externo com expertise no assunto de heteroidentificação poderá ser convidado para compor a banca como serviço voluntário de acordo com a Lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, atendendo aos critérios estabelecidos no art. 8º.

§ 1º As bancas de heteroidentificação serão compostas por 5 (cinco) membros e 5 (cinco) suplentes para avaliação das autodeclarações dos candidatos dos processos seletivos de ingresso de estudantes, professores substitutos, nas seleções internas e concursos públicos.

§ 2º Os membros dessas bancas serão indicados pela diretoria-geral do câmpus, pró-reitoria ou diretoria sistêmica, no caso de membros da reitoria, sendo realizado o acompanhamento pela Comissão Permanente de Verificação dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas, e designados por Portaria emitida pela Reitoria do IFAP.

§ 3º Em caso de impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o membro da banca de heteroidentificação será substituído por seu suplente.

Art. 10. As bancas de heteroidentificação deverão ter constituição heterogênea, observando-se os critérios de gênero, raça/cor e, preferencialmente, de naturalidade.

§ 1º Pelo menos dois terços da banca de heteroidentificação deverá ser composta por negros (pretos e pardos) ou indígenas.

§ 2º Os membros da banca de heteroidentificação deverão ser preferencialmente experientes na temática da promoção étnico-racial e do enfrentamento ao racismo e formas correlatas.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Art. 11. O procedimento de heteroidentificação será executado por Banca com finalidade específica, designada por Portaria, em conformidade com os artigos 9º e 10º deste Regulamento.

Parágrafo único. Nos processos seletivos internos para os programas em que haja oferta de bolsas, o candidato que comprovar já ter sido submetido ao procedimento de heteroidentificação nesta Instituição está dispensado de realizá-lo novamente.

Art. 12. A Banca de Heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no processo seletivo ou concurso público.

Art. 13. A avaliação dos candidatos às vagas reservadas dos processos seletivos do IFAP, perante à Banca de Heteroidentificação, serão obrigatoriamente filmadas.

§ 1º A recusa do candidato em ser filmado, para fins de heteroidentificação, resultará em sua retirada da vinculação às vagas reservadas, com exceção de Concurso Público para servidor efetivo, em que a recusa do candidato ensejará sua eliminação, conforme dispõe o art. 10, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

§ 2º A filmagem de todo o processo deverá ser providenciada pelo setor gestor do processo seletivo.

Art. 14. O Setor gestor da seleção deverá providenciar o fornecimento dos formulários no processo de heteroidentificação, seguindo os modelos apresentados pela Comissão Permanente de Verificação de Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas:

- I - formulário próprio de autodeclaração para os candidatos negros (pretos e pardos);
- II - formulário próprio de autodeclaração para os candidatos indígenas;
- III - formulário próprio de avaliação para as bancas de heteroidentificação;
- IV - termo de confidencialidade sobre as informações pessoais dos candidatos;
- V - formulário próprio de avaliação para a verificação da autodeclaração indígena.

Art. 15. As bancas de heteroidentificação de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) obedecerão aos seguintes procedimentos:

- I - receber, preenchido e assinado, o formulário de autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos);
- II - realizar a avaliação de confirmação da autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos);
- III - validar a autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos) levando em consideração unicamente o critério fenotípico;
- IV - preencher formulário próprio de avaliação para as bancas de heteroidentificação de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), emitindo um parecer de deferimento ou indeferimento da autodeclaração.

Parágrafo único. Na avaliação do fenótipo, as bancas obedecerão ao critério de avaliação pela maioria dos membros da banca, observando a legislação vigente.

Art. 16. As bancas de heteroidentificação de candidatos autodeclarados indígenas obedecerão aos seguintes procedimentos:

- I - receber, preenchido e assinado, o formulário de autodeclaração dos candidatos indígenas;
- II - receber a documentação comprobatória composta de:
 - a) Declaração de pertencimento à comunidade ou etnia indígena assinado por três lideranças indígenas da comunidade local, que deverá conter contatos e endereços para possíveis verificações; ou
 - b) Registro Civil Indígena; ou
 - c) Registro Geral Indígena (Carteira de Identificação Indígena).
- III - avaliar a autodeclaração dos candidatos indígenas levando em consideração unicamente a documentação apresentada;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

IV - preencher o formulário próprio de avaliação para as bancas de heteroidentificação de candidatos autodeclarados indígenas, emitindo um parecer de deferimento ou indeferimento da autodeclaração.

Art. 17. Não será permitido qualquer deliberação na presença dos candidatos.

Art. 18. Havendo recurso interposto contra a decisão da banca, o setor responsável pela coordenação do processo seletivo encaminhará a solicitação para a Comissão Permanente de Verificação dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos e pardos) e Indígenas, que, avaliando os registros das filmagens, emitirá novo parecer definitivo sobre a autodeclaração do candidato, contra o qual não caberá mais recurso.

Parágrafo único. A análise do recurso do candidato será realizada por 3 (três) membros da comissão permanente de verificação, que decidirá por maioria dos seus membros e emitirá parecer motivado.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Em relação aos concursos públicos para servidores efetivos, esta Portaria aplica-se em caráter subsidiário à Portaria Normativa do MPOG nº 4, de 6 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 10 de abril de 2018, nº 68, Seção 1, página 43 e sua alteração Portaria SGP/SEDGG/ME Nº 14.635, de 14 de dezembro de 2021.

Art. 20. Os casos omissos nesta resolução serão dirimidos pela comissão permanente de verificação.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2023.

